

**MOVIMENTO HIGIENISTA E O PROCESSO CIVILIZADOR:
APONTAMENTOS METODOLÓGICOS**

Edivaldo Góis Junior
Doutor em Educação Física
Universidade Cidade de São Paulo
Centro Universitário Nove de Julho
egoisjr@terra.com.br

Resumo

Este ensaio teve como objetivo analisar a aplicação metodológica do modelo elisiano sobre a problemática do movimento higienista brasileiro. Para isso, realizou-se uma breve discussão sobre as características teóricas e empíricas do processo civilizador de Elias, bem como a descrição do objeto de estudo movimento higienista no Brasil. Posteriormente, analisamos a aplicação metodológica da teoria do processo civilizador no entendimento empírico do movimento higienista brasileiro.

Palavras-chaves: Processo Civilizador; Movimento Higienista; História.

Abstract

This study has as goal analyzed the methodological application of the Elias' model on the problem of the Brazilian hygienist movement. For that, it accomplished a brief discussion on the theoretical and empiric characteristics of the civilizing process of Elias, as well as a description of the object of study hygienist movement in Brazil. Afterwards, we analyze the methodological application of the theory of the civilizing process in the empiric understanding of the Brazilian hygienist movement.

Key-words: Civilizing Process; Hygienist Movement; History.

Introdução

É com grande prazer que aceitamos o convite para participar desta mesa. E, sobretudo, conversarmos sobre os caminhos que adotamos na tentativa de compreender a profissão de Educação Física.

Muitas vezes esses caminhos são diferentes, e ressaltam nossas divergências e convergências, criam “tribos”, os foucaultianos, os elisianos, os seguidores de E.P.Thompson, Hobsbawn, Bourdieu, para falarmos somente dos grupos mais influentes na historiografia brasileira da Educação Física. Para que possamos conversar, existe a necessidade da maturidade, do desejo de crescimento mútuo, como alude Lovisolo: “*A compaixão salienta que errar é um dos componentes positivos da vida, da evolução. Assim, a crítica deveria pressupor o perdão antecipado, dos participantes do diálogo crítico, tornando-se uma conversa sem condensação.*” (Lovisolo, 1998, p.54)

Este espírito torna possível o debate, as trocas de idéias, o repensar, sem este não há diálogo. Embora devemos admitir, ninguém gosta de ver suas idéias contrariadas, refutadas parcialmente ou totalmente. Mas não podemos fugir deste jogo, então é preciso criar uma ética, que torna possível o jogar. O interessante é perceber que esta discussão não é nova, porém também, não é superada. É comum observarmos a falta do diálogo entre grupos acadêmicos diferentes, por exemplo, criam-se escolas em que os estudiosos



acreditam em uma mesma premissa, existindo apenas um debate interno. Neste caso o que se estabelece é uma forma de debate restrita a uma metodologia, a uma abordagem teórica, por exemplo, se um grupo acredita em uma lei do movimento histórico, ele só pode debater internamente com os que acreditam neste movimento, ou apenas tentar demonstrar que seu método é mais verdadeiro que outro (Góis Junior, 2000). Quando isto acontece a pesquisa deixa de lado questões mais importantes como o porquê de uma tese, com quais fontes, com quais argumentos empíricos. É comum ouvirmos, “*you do not know this author, therefore you cannot opine on my work*”.

Por exemplo, se temos um carro quebrado, e o levamos a um mecânico, esperamos no final do serviço, um carro com suas condições funcionais normalizadas. Não nos interessa a marca das ferramentas usadas pelo mecânico. Sucintamente quero dizer que se nós nos preocuparmos mais em discutir os problemas e teses de nossos trabalhos, deixando em segundo plano a “marca” da ferramenta, ou seja, se o autor é weberiano, frankfurtiano, marxista, bourdieusiano, o debate cresce em quantidade e qualidade.

Por isso, tomamos a liberdade, e pedimos desculpas aos elisianos, pois não somos adeptos do seu método, pelo menos na análise do movimento higienista, de discutir sua contribuição para a historiografia da Educação Física brasileira. Reparem que não pretendo nesse curto espaço de tempo refutar o processo civilizador, ou analisar com profundidade, a sociologia figuracionista. Pretendo apenas, e tão somente, devido aos limites impostos a este trabalho, analisar a possibilidade de utilização metodológica do modelo elisiano, analisado e aprofundado por uma escola, que se convencionou chamar na Inglaterra de Escola de Leicester, e, posteriormente, testar sua teoria no estudo do Movimento Higienista Brasileiro dos séculos XIX e XX. Para isto, vamos descrever os principais pressupostos do Processo Civilizador e dados referentes ao movimento higienista brasileiro.

Processo Civilizador e (des) civilizador

O problema de pesquisa de Nobeit Elias nos dois volumes do Processo Civilizador consiste em compreender o curso das transformações gerais da sociedade, que ocorreram na longa duração e na direção de um processo de civilização. Esse quadro, para o autor, contribui para uma transformação da afetividade do comportamento e experiência humanos, e para o controle de emoções individuais por imposição externa e autocontrole. (Elias, 1994a)

No primeiro volume do Processo Civilizador, Elias concentra-se em demonstrar empiricamente se existiram mudanças de comportamento, nas emoções, nas estruturas de controle na longa duração, retratando essas mudanças desde o cavaleiro medieval ao burguês do século XVIII e XIX, sobretudo, na Inglaterra, França e Alemanha. Defende que essas diferentes sociedades européias caminharam, cada uma a seu modo, na mesma direção. (Elias, 1994a).

Depois de demonstrar essas transformações nas emoções e estruturas de controle humanos, no segundo volume, debruça-se sobre uma segunda questão: essas mudanças na personalidade humana teriam relação com as mudanças políticas e sociais, com a formação dos Estados Nacionais na Europa? (Elias, 1994b). Para o autor, esse processo aumentou o grau de diferenciação e integração dessas sociedades européias, à medida que elas prolongaram as cadeias de interdependência entre os grupos sociais, e consolidaram os controles estatais, como o monopólio, por exemplo, da violência.

Com este enfoque teórico e empírico, Elias, estaria concentrado em entender mudanças estruturais de longo prazo. Para dar conta desta problemática argumenta que já



na Idade Média existia um padrão de bom comportamento que era identificado com a alta classe secular do período, ou pelo menos com estratos desta classe. Elias não se referia a todos os cavaleiros medievais, comprometidos com a segurança e a guerra, mas aqueles cavaleiros que tinham contato com os grupos cortesãos que gravitavam em torno dos grandes senhores feudais (Elias, 1994a). Esses grupos criaram códigos, maneiras de se comportar que os diferenciavam como especiais, diferenciados. Aquele que não demonstrasse conhecimentos sobre essas normas, não poderia ser aceito no grupo. O conceito que resumia esse padrão de comportamento era, na nossa língua portuguesa, a palavra *cortesia*, ou seja, como se deve comportar na corte.

Contudo durante o início do Renascimento, no século XVI, a palavra francesa *courtoisie*, começa a ser substituída por *civilité*, sendo muito mais usual no século XVII na França (Elias, 1994a). Segundo Elias, esse fato aponta para uma grande mudança comportamental. Isso não significou a substituição de um padrão de comportamento diverso do outro, mas sim, o entrelaçamento entre normas da sociedade de corte medieval e hábitos resgatados da antiguidade clássica. Para basear empiricamente, essa afirmação, Elias recorre a um manual de bom comportamento de Erasmo, intitulado, *De civilitate morum puerilium*¹, ele é o argumento para demonstrar a transição dos hábitos no Renascimento, em seus termos: “A simplicidade como a experimentamos, a oposição simples entre bom e mau e entre compassivo e cruel haviam se perdido. As pessoas encaravam as coisas com mais diferenciação, isto é, com um controle mais forte de suas emoções.” (Elias, 1994a, p. 84). Elias ainda ressalta que não são somente os hábitos que se modificam, mas muito mais, sua maneira de ver, sua sensibilidade. Além disso, as pessoas se observavam e controlavam mais as outras do que na Idade Média, ou seja, elas também se moldavam de forma mais deliberada. O autor demonstra que durante a Renascença, houve mudanças no comportamento à mesa, em hábitos corporais, na sexualidade, e na agressividade, que interessaram, especificamente, as sociologia e história do esporte. Em relação à agressividade, Elias exemplifica a sociedade do século XX para descrever as diferenças da sociedade medieval em relação à agressividade. Para ele, hoje, no mundo ocidental, a agressividade é condicionada pelo estado adiantado de divisão do trabalho, que torna os grupos sociais interdependentes. Por isso, a violência é confinada, refinada, civilizada, com as várias formas de prazer. Desse modo, hoje, a violência imediata e descontrolada são explicadas em termos patológicos. Bem diferente disto, no período medieval, a violência física era desinibida, autêntica. O prazer gerado pela morte ou sofrimento do inimigo eram sentimentos aceitos. A pilhagem, a guerra, a vitória do mais forte, a tortura de homens, mulheres, animais, eram deleites. Nos termos de Elias: “Explosões de crueldade não excluía ninguém da vida social. Seus autores não eram banidos. O prazer de matar e torturar era grande e socialmente permitidos.” (Elias, 1994a, p. 192).

Elias argumenta que as fontes primárias vislumbram o mesmo cenário medieval em que a estrutura emocional das pessoas era diferente das de hoje. No período medieval, os cavaleiros deveriam amar ou odiar, defender seus interesses, não temer a morte. Quem não agisse dessa forma não teria espaço na sociedade. Ao contrário disso, no Renascimento, a autonomia dos cavaleiros medievais é substituída pela dependência de um poder centralizado na monarquia. Desse modo, a regra agora é se relacionar na corte, controlar as emoções, entrar em um jogo político de interdependência. Para Elias:

¹ Da civilidade pueril.



“Esta descrição ajuda-nos a ver com mais clareza algo que, até agora, só foi dito em termos gerais, isto é, a conexão entre estrutura social e estrutura da personalidade. Nessa sociedade não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem. Mas se nesta região ou naquela o poder de uma autoridade central crescia, se em uma área maior ou menor as pessoas eram forçadas a viver em paz entre si, a modelação das emoções e os padrões da economia dos instintos lentamente mudavam.” (1994a, p. 199)

Esse argumento torna-se mais afinado e aprofundado no segundo volume, onde Elias demonstra a relação entre essa estrutura de personalidade e o advento do Absolutismo.

Elias descreve que a expansão econômica gerou conseqüências diferenciadas para a maioria da classe nobre de guerreiros medievais e para os monarcas, reis e príncipes. Quanto mais a moeda se estabelecia, maior o aumento de preços. Com isso, os nobres, que tinham sua renda não fixada a estes aumentos, tornavam-se mais dependentes. Por outro lado, os monarcas viam a arrecadação de impostos aumentar vertiginosamente, aumentando seu poder. A burguesia também experimenta no Renascimento, com o mercantilismo, um aumento de poder econômico, mas cima de todos, o rei, o poder central, como catalisador dos impostos. À medida que crescia o poder econômico dos reis diminuía a dependência militar em relação aos senhores feudais, nobres e cavaleiros, que por sua vez, deixaram de receber terras como no período medieval (Elias, 1994b). Então a conseqüência desses fatos levou a uma centralização do poder, representada pelo monopólio da violência por parte dos Estados Nacionais europeus. Sem outras possibilidades, setores da nobreza passaram a fazer parte dos serviços burocráticos dos reis, aumentando sua dependência em relação ao poder central.

Essa dependência aproximou todos da vida de corte, onde os hábitos mais rudes, os costumes mais autênticos e desinibidos da sociedade medieval, são suavizados, polidos e civilizados (Elias, 1994b). Em seus termos:

“A pressão da vida de corte, a disputa pelo favor do príncipe ou do ‘grande’ e depois, em termos gerais, a necessidade de distinguir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de meios relativamente pacíficos (como a intriga e a diplomacia), impuseram uma tutela dos afetos, uma autodisciplina e um autocontrole, uma racionalidade distintiva de corte...” (1994b, p. 18)

Elias defende que seu levantamento empírico demonstra uma formação gradual dessa sociedade de corte, que foi acompanhada por um civilizar da economia de emoções, que está associada ao aumento do controle externo, em uma fase inicial, ou seja, o poder central do rei, o absolutismo. Segundo Elias, existiram diferenças nos conflitos e nas relações de poder nos diversos países europeus, contudo, o resultado estrutural *“foi quase sempre o mesmo”* (Elias, 1994b, p.15), para utilizar seus próprios termos, qual seja, a organização do Absolutismo.

O aumento do controle estatal e do monopólio da violência, com o advento do absolutismo, criou, por conseguinte, no aspecto do indivíduo, um autocontrole, uma disciplina, regulada pelos medos. Para Elias, nenhuma sociedade pode sobreviver sem



canalizar as pulsões e emoções do indivíduo. Para exercer controle, as pessoas impõem normas de conduta umas às outras, e essas limitações geram os medos.(Elias, 1994b)

A partir do século XVIII, com a ascensão das classes burguesas, as normas de conduta burguesa se amalgamaram com as da sociedade de corte, e foram, disseminadas mais amplamente nos estratos sociais emergentes, dando prosseguimento ao Processo Civilizador. Antes dos protestos, em relação à condição de civilização, Elias deixa claro que o processo ainda está em andamento, não está acabado.

Aliás, o processo, inclusive passa por crises, explosões (des) civilizadoras, que invertem provisoriamente o processo civilizador. Para Eric Dunning e Stephen Mennel (1998) uma vez que o processo civilizador está incompleto, pode sofrer abalos, e explodir em manifestações públicas de violência. Esse argumento foi importante, pois de fato, absolveu a chamada Escola de Leicester de explicar, por exemplo, empiricamente o holocausto na primeira metade do século XX em meio de um processo civilizador.

Enfim este breve relato sobre a sociologia de Elias, vislumbra como, na longa duração, gostaríamos de enfatizar, longa duração, uma configuração inicial, ou seja medieval, se transforma em outra, representada pelo absolutismo, e ao mesmo tempo, indica uma transformação na personalidade dos indivíduos. E, agora, perguntamos, como esta teoria pode nos auxiliar no desvelar de uma outra problemática, que se caracteriza pelo advento do movimento higienista na Educação Física Brasileira.

Movimento Higienista Brasileiro

Em meados do século XIX e início do século XX, chegava ao Brasil, mediante reapropriações e reinterpretções, um novo ideal, a exemplo da cultura grega, com a preocupação central na saúde. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista” (Soares, 1990) ou “movimento sanitarista” (Hochman, 1998). Este movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso talvez principal da Nação (Rabinbach, 1992).

Preconizando normas e hábitos que colaborariam com o aprimoramento da saúde coletiva e individual, o “movimento higienista” era altamente heterogêneo sob o ponto de vista teórico (nos seus fundamentos biológicos e raciais) e ideológico (liberalismo e antiliberalismo).

Além disto, seus pressupostos continuaram em voga até o fim do século XX, contrariando a tese de que o movimento teria se encerrado na década de 30 ou 40 (Góis Junior; Lovisol, 2003).

O higienismo brasileiro só pode se definir, devido sua tensão constitutiva, ou seja, pelo que tinham de comum, por um objetivo central: o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual. É somente neste aspecto que podemos encontrar certa homogeneidade. Fora isto, só podemos encontrar uma mentalidade higienista em uma generalidade difusa e heterogênea, tanto no âmbito político quanto no científico (Hochman; Lima, 1996; Hochman, 1993).

Deste modo, defendemos a tese de que o “movimento higienista” ou sanitarista do início do século XX no Brasil extrapola a periodização tradicional que lhe imputa o término nos anos 30 ou 40, e prossegue com suas tradições e ideais heterogêneos até o fim do século XX, e muito possivelmente, até hoje, no início do século XXI, não ganhando características que determinem uma diferenciação histórica absoluta entre as duas intervenções (Góis Junior, 2003).



Contudo existem análises mais tradicionais e restritas em relação ao movimento higienista. Na publicação da obra *História da Vida Privada no Brasil*, em volume dirigido por Fernando Novais e organizado por Nicolau Sevcenko, Paulo César Garcez Marins, no capítulo “*Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*”, atribuiu uma homogeneidade ao discurso higienista, caracterizando-o como um movimento social orientado pelos interesses das classes dirigentes. Nos seus estudos sobre a urbanização, o autor considera o discurso higienista um reflexo do pensamento das elites, que pretendiam perseguir o povo em suas próprias habitações. Em suas palavras as populações pobres seriam: “*Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo ficariam fustigadas em suas habitações*”. (Marins, 1998, p.133).

Nesta posição de análise o “movimento higienista” seria um aliado das elites econômicas em todas suas manifestações, como se reflete na passagem abaixo:

“A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando à demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se procedeu sob a legitimação conferida pelo sanitarismo.” (Marins, 1998, p.141)

Percebe-se que o autor defende a tese de homogeneidade do discurso higienista, omitindo o intenso debate interno que existia dentro do “movimento higienista”, relativo à sua intervenção, aos seus meios, teorias e ideais. Ou seja, ele restringe o movimento higienista ao modelo campanhista-policial do início do século XX (Tellaroli Júnior, 1998), onde o Estado passa a construir uma estrutura de controle sobre os hábitos corporais do início do século XX, impedindo epidemias. O maior exemplo empírico dessa abordagem seria a conhecida Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro.

Apontamentos Metodológicos entre o Processo Civilizador e o Movimento Higienista

Em relação à metodologia da Escola de Leicester, restringir-nos-emos, por uma questão de limite de pesquisa, na teoria Processo civilizador de Elias, e não levaremos à tona críticas clássicas ao seu trabalho como as de Giulianotti (2002), em que critica a própria concepção de processo civilizador, pois interessa-nos a análise da aplicação metodológica do modelo elisiano.

É justamente esse foco que queremos abordar: a aplicação da teoria do processo civilizador em estudos sociológicos e historiográficos da área de Educação Física brasileira.

Primeiramente, entendemos que a teoria do processo de civilizador e das configurações sociais, quando adotadas como métodos de uma historiografia não devam estar na periferia, e sim, no centro dos problemas de pesquisa. Não podemos conceber a citação do processo civilizador como um complemento, um detalhe a ser citado no trabalho. Caso seja adotada a teoria, ela estará no centro da metodologia e relacionada diretamente como o problema de pesquisa. Por exemplo, suponhamos que um pesquisador tenha como problema de pesquisa o impacto da derrota do Brasil na copa de 1950 na mídia jornalística da cidade de São Paulo. E o mesmo pesquisador opte metodologicamente em



compreender a aplicação da teoria do processo civilizador na periodização abordada. Não levará muito tempo, e o pesquisador compreenderá que esta aplicação será no mínimo difícil. Mas não satisfeito, ele tentará a qualquer custo aplicar a teoria, realizando aproximações questionáveis entre o processo civilizador europeu de longa duração e a imagem do goleiro Barbosa. Ou então, se for menos ambicioso, optará em citar Elias em uma nota de rodapé, convidando o leitor a buscar alguma aproximação, empurrando uma teoria desta complexidade para a periferia do trabalho, pois só o fato de citá-la tornará seu trabalho mais acadêmico. Perguntamos: a potente teoria do processo civilizador, em termos metodológicos, aplica-se a qualquer problema de pesquisa?

Acreditamos que não pelos seguintes motivos:

- 1) O próprio Nobert Elias nos dá a primeira pista. Quando em 1968, Elias escreve o prefácio de uma re-edição do Processo Civilizador, ele demonstra uma mágoa com a sociologia da época que não se interessava por processos sociais de longo prazo que traziam consigo a idéia de mudança, ao contrário disto, os sociólogos contemporâneos à Elias no fim dos anos sessenta preferiam estudar sociedades em um suposto equilíbrio e repouso, execrando a idéia de mudança e desenvolvimento. Em seus termos: “...ocorreu uma reação extremamente violenta contra o tipo de teoria sociológica preocupada com processos sociais de longo prazo” (Elias, 1994a, p. 224). Esse fato, segundo Elias (1994a) criou uma série de preconceitos em relação a sua teoria, por entender-se na idéia de progresso. Fundamentalmente o interesse e aplicação do processo civilizador se sustentam no estudo da mudança no longo prazo, o que não se aplicava na sociologia de meados do século XX, interessada no imutável. Por isso, entendemos que esta concepção fundamental do estudo da mudança no longo prazo deve estar inerente a qualquer estudo que se coloca, em termos metodológicos em uma perspectiva figuracionista, ou que, baseia-se na verificação do processo civilizador. Sem o estudo da mudança de configuração, não existe teoria do processo civilizador.
- 2) Além da questão da mudança, a teoria do processo civilizador só pode ser demonstrada empiricamente por Elias em estudos históricos de longa duração. Como conseguiríamos realizar tal verificação ou aproximação da teoria com dados empíricos de objetos de pesquisa em pequenos recortes historiográficos? Se não estudamos a longa duração não aplicamos a teoria.
- 3) O processo civilizador é construído a partir da teoria das configurações sociais, ou seja, como uma configuração inicial de poder político, econômico, social se transforma em outra, e concomitantemente, são transformadas as estruturas de personalidade dos indivíduos. Se não estudamos a relação entre estrutura política, poder e a personalidade dos indivíduos em sua conduta, não estudamos o processo civilizador.

Enfim, estudar o processo civilizador relacionado a um problema de pesquisa, deve considerar a mudança, a periodização de longo prazo e a relação entre estrutura social e personalidade humana.



Se aplicarmos estes três critérios ao estudo do higienismo, poderíamos, metodologicamente, associar Movimento Higienista e Processo Civilizador?

Talvez sim, por exemplo, se caracterizássemos o higienismo como um discurso médico homogêneo, que do século XIX ao XX modificou suas estratégias e ao mesmo tempo mudou a conduta humana, poderíamos ter sucesso. Se comparássemos o episódio da Revolta da Vacina e suas estratégias campanhistas-policiais com o “Zé Gotinha”, talvez tivéssemos sucesso. Mas para isso, teria que assumir as generalizações do higienismo de Paulo Marins (1998), e isto mostrou-se impossível, pois as fontes me revelavam um movimento higienista muito mais complexo e heterogêneo, que se comparado no longo prazo, suscitava mais continuidade do que mudança na personalidade dos indivíduos e nas configurações sociais.

Caso optássemos pela aplicação da teoria do processo civilizador, a complexidade do movimento higienista brasileiro faria que forçássemos aproximações não verificáveis no material empírico.

Como nossas fontes apontavam mais para a opção da continuidade, embora também existissem mudanças, tornou-se inexecutável a sua aplicação.

Considerações Finais: modelos metodológicos forçados

Consideramos, portanto, que a historiografia brasileira da Educação Física pode e deve estudar este interessante autor, bem como, seus seguidores, como Eric Dunning. Contudo, em termos de metodologia, sua utilização deve ser mais criteriosa. Devemos entender que certas ferramentas são mais úteis em contextos específicos do que outras, pois senão, cairemos no risco das teorias totalizantes, que se colocam como solução para qualquer problema de pesquisa. Por conseguinte, transformar-nos-emos em verificadores, que buscarão a qualquer custo qualquer aproximação, por mais superficial que seja, entre teoria e empiria.

Referências Bibliográficas

DUNNING, Eric; MENNEL, Stephen. Elias on Germany, Nazism and the Holocaust: On the balance between 'civilizing' and 'decivilizing' trends in the social development in Western Europe. **British Journal of Sociology**, London, vol. 49, n.3, 1998.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol.1, 1994a.

_____. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol.2, 1994b.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. Reflexões sobre o exercício da crítica na Historiografia da Educação Física: dialogando com Fernanda Paiva e Hugo Lovisolo. In: **Motus Corporis**. Rio de Janeiro, vol.7, n.2, 2000.

_____. **O Século da Higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)**. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – PPGEF, Universidade Gama Filho.

GOIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo. Descontinuidades e Continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, vol.25, n. 1, set.2003.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol**. São Paulo, Nova Alexandria, 2002.



HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nízia. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. In: **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

_____. **A era do saneamento. As bases da política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

LOVISOLO, Hugo. História Oficial e história crítica: pela autonomia do campo In: **Coletânea do VI Congresso Nacional de História da Educação Física**, Rio de Janeiro, UGF, 1998.

MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

RABINBACH, Anson. **The Human Motor**. Los Angeles, University of California Press, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SOARES, Carmem. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: (1850-1930)**. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e Saúde**. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.

Edivaldo Góis Junior

Av. Escragnolli Dória, 260. Jd. Vila Formosa, São Paulo – SP. CEP 03470-000.